

PAPO-CABEÇA: A EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA DE RÁDIO PARA USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

Veridiana Pivetta de Mello*

Este texto propõe-se a fazer algumas considerações e também um relato sobre a experiência de uma oficina de rádio destinada a portadores de sofrimentos psíquicos. Na oficina, com caráter terapêutico, os participantes realizam o programa radiofônico Papo-Cabeça. Apresenta-se três fundamentos para o desenvolvimento desta atividade: o rádio como espaço a ser ocupado por grupos sociais excluídos, isso devido às características próprias do veículo; o segundo diz respeito a importância da comunicação comunitária visando a promoção da cidadania e da sociabilidade de um grupo que ainda luta contra o preconceito social; o terceiro traz elementos que apresentam as oficinas como um espaço terapêutico para os portadores de sofrimento psíquico que rompa com o modelo asilar de tratamento da loucura.

A proposta de realizar uma oficina de rádio para usuários de serviço de saúde mental foi sugerida pelo CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial de Santa Cruz de Sul (RS) – ao curso de Comunicação Social da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), que julgou o pedido muito oportuno e de grande relevância social, pois era uma forma de expor-se interagindo com a comunidade externa, e também de desenvolver uma atividade na área da comunicação comunitária até então ausente no curso.

O projeto Papo-Cabeça consiste na realização de uma oficina de rádio dirigida aos pacientes portadores de sofrimentos psíquicos, do CAPS de Santa Cruz do Sul. Na oficina, realizada semanalmente às quintas-feiras, das 14h às 15h30min, os pacientes desenvolvem a produção e apresentação de um programa radiofônico chamado *Papo-Cabeça*, que é veiculado quinzenalmente numa rádio comercial local (Rádio Gazeta 1180 AM), aos domingos, das 19h30min às 20h. 2001 é o terceiro ano de desenvolvimento da oficina de rádio que tem como objetivo primeiro ser um espaço terapêutico para os portadores de sofrimento psíquico e também de promoção da socialização. Visa ainda a desenvolver as habilidades comunicacionais dos participantes, contribuir para a diminuição do número de internações psiquiátricas e criar uma consciência na comunidade sobre o movimento de saúde mental. Este texto pretende fazer algumas reflexões e também um relato sobre a experiência, principalmente no que se refere aos dois primeiros anos de seu funcionamento.

Convém esclarecer que o CAPS é um setor vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, criado com base na Lei de Reforma Psiquiátrica, e que se destina a prestar atendimento nas áreas de psiquiatria, psicologia, serviço social, terapia ocupacional e enfermagem às pessoas portadoras de sofrimento psíquico. O Centro de Atendimento introduziu em Santa Cruz do Sul uma nova forma de atendimento aos portadores de sofrimentos psíquicos que até então eram tratados apenas em nível ambulatorial ou levados à cidades próximas para serem internados em clínicas psiquiátricas ou hospitais psiquiátricos.

O CAPS criado em março de 1997 tinha uma equipe constituída por sete psicólogos, duas assistentes sociais, três psiquiatras, duas secretárias, uma enfermeira e um motorista. A equipe continua basicamente a mesma, o que mudou foi o tratamento proporcionado pelo órgão à população, que era, no início, apenas ambulatorial, ou seja, atendimento psicoterápico, grupos de orientação e prescrição e avaliação medicamentosa, passando a ser acrescido de oficinas que funcionam como espaço terapêutico e promotor de cidadania. As primeiras a serem criadas foram de jardinagem, dança e recreação e bordado de ponto cruz. Atividades basicamente mecânicas, lúdicas e artesanais, que qualquer paciente poderia

participar. A partir do interesse dos usuários e das condições materiais e de pessoal outras oficinas vêm sendo criadas.

Foi exatamente dentro deste contexto que se desenvolveu, a partir de maio de 1999, a oficina de rádio. Ela exigiu dos participantes um grau de envolvimento bastante grande devido às suas características próprias. Os pacientes que mais se destacaram foram aqueles que sabiam ler bem e tinham boa dicção. Os que não possuíam estas habilidades, mas, tinham uma noção clara da realidade a sua volta também tiveram boa participação, principalmente, nas discussões das pautas. Acredita-se que a oficina representou um desafio e uma superação de barreiras para os usuários do CAPS, que no início não se achavam capazes de fazer um programa de rádio e nem acreditavam que este iria ao ar, fato que se concretizou ainda em outubro de 99.

No segundo ano da oficina, como os paciente possuíam prática, nos primeiros encontros já foram gravados programas que foram ao ar. Entretanto, diferente da primeira fase, esta contou com uma participação maior dos pacientes que escolheram novos quadros e os assuntos a serem tratados com mais autonomia. Neste terceiro ano houve uma mudança significativa dos participantes, muitos deles deixaram a oficina porque começaram a trabalhar. Fato extremamente positivo, pois a volta a atividade profissional representa o primeiro passo para a reintegração social do paciente. A partir desta nova configuração, o desenvolvimento da oficina também mudou, de um lado com a inserção de quadros novos e de outro com a volta as atividades de treinamento de locução, já que ocorreu a inserção de participantes novos .

Para propor o desenvolvimento de uma oficina de rádio para usuários de serviços de saúde mental utilizou-se basicamente três pressupostos teóricos que marcam este trabalho. O primeiro são os elementos conceituais que fazem do rádio um excelente espaço a ser ocupado por grupos sociais excluídos, isso devido às características próprias do veículo. O segundo diz respeito a importância de realizar atividades na área da comunicação comunitária visando ao desenvolvimento da cidadania e da sociabilidade de um grupo que ainda luta contra o preconceito social. O terceiro pressuposto traz elementos que fundamentam as oficinas como um espaço terapêutico para os portadores de sofrimento psíquico que rompa com o modelo asilar de tratamento.

Começando pelo rádio é necessário destacar algumas de sua características intrínsecas como a linguagem oral, mobilidade, imediatismo, instantaneidade e sensorialidade, conforme Gisela Ortriwano. Estes aspectos se refletem na própria linguagem radiofônica que deve ser simples, clara, concisa e redundante. Desta forma, o entendimento do que é dito será melhor compreendido pelo ouvinte. O uso da linguagem adequada somado ao aspecto da sensorialidade faz com que o rádio tenha uma relação de proximidade com o ouvinte. Por não dispor de imagem e contar apenas com o som, ele chega mais diretamente ao ouvinte com se falasse a ele individualmente.

Este poder de penetração doméstica confere ao veículo a capacidade única de mobilizar as audiências para mensagens simples e emocionais. Deste modo, o rádio apresenta um grande potencial de mobilização que os movimentos sociais podem ocupar. As características que favorecem aos movimentos sociais se apropriarem de espaços nas emissoras são: o baixo custo de produção que permite um acesso mais facilitado, já que o tempo no rádio custa muito mais barato que na televisão, por exemplo; e a linguagem oral, que possibilita e esses representantes utilizarem os espaços radiofônicos de uma forma que tenham apenas que falar sobre suas idéias, contar sua história, relatar sua realidade.

A oralidade é um elemento radiofônico marcado na grande maioria das vezes através do gênero jornalístico que mais se adapta ao rádio: a entrevista, segundo Emilio Prado. Além de ser uma maneira bastante ágil de transmitir informação, ela é formalmente um diálogo, o que representa uma fórmula natural da comunicação humana, mas também uma das mais

atraentes. A utilização desse gênero jornalístico permite, por um lado, uma facilidade de participação de quem concede a entrevista, já que esta se estabelece de modo coloquial, e por outro, exerce um efeito de aproximação sobre o ouvinte, que se sente incluído na conversa. São estas características intrínsecas ao rádio que o fazem um meio mais acessível não somente para o ouvinte, mas também para qualquer pessoa que deseje comunicar-se pelas ondas radiofônicas.

Entretanto, apesar do rádio ter uma linguagem simples e um custo técnico relativamente barato ainda não é o suficiente para garantir que minorias, como os portadores de sofrimentos psíquicos, apropriem-se deste espaço. É preciso criar veículos de comunicação ou, pelo menos, programas que rompam com o sistema vertical de comunicação das grandes redes de informação que monopolizam a versão pública dos fatos. Criar formas alternativas de comunicação que promovam a cidadania, visem à conscientização, sejam um aporte para a mobilização e o fortalecimento de um grupo ou movimento social.

A comunicação comunitária atua neste sentido. Para Raquel Paiva, os fatores determinantes desse tipo de comunicação são o comprometimento político, a promoção da coesão social e a vinculação com a comunidade. A comunicação comunitária também possibilita o resgate do compromisso ético que norteia o exercício do jornalismo como agente de transformação social. A função deste profissional é promover e articular a participação dos grupos ou comunidades na luta por seus direitos e contra a exclusão social.

Assim, para estabelecer-se um processo de comunicação alternativo aos meios de comunicação de massa e realmente horizontal tem-se que atentar para alguns elementos importantes como a vontade de produção de discurso próprio, sem filtros e intermediários; o destaque aos assuntos é dado em função da sua importância para o grupo, numa relação direta com o cotidiano das pessoas e contar com a participação efetiva do grupo na elaboração e execução das produções. Visando atender a estes princípios, o programa *Papo-Cabeça* é realizado a partir de discussões com os usuários. São eles que escolhem os assuntos a serem tratados, o que será perguntado aos entrevistados e, finalmente, são eles que apresentam o programa.

O terceiro pressuposto teórico utilizado neste projeto foi o destaque para o caráter comunitário e social da oficina terapêutica como tratamento alternativo para portadores de sofrimentos psíquicos. Sabe-se que historicamente a loucura ocupou o lugar da exclusão e da marginalização. Marcos Rolim destaca que a Renascença viu surgir uma nova e estranha figura ao longo dos canais flamengos e dos rios da Renânia: a Nau dos Loucos. Herdada dos leprosários da idade média, depois transformada em manicômios até chegar às modernas clínicas psiquiátricas, a loucura manteve uma estrutura social de exclusão. Durante muito tempo a sociedade submeteu seus loucos ao cárcere, ao abandono, à mendicância, como única forma de sobreviver, já que eram considerados inaptos ao trabalhar e a produzir.

Tratada em prisões, manicômios, hospitais, etc., a loucura sempre foi um fenômeno social interpretado de diversas maneiras, conforme a época. No Brasil, até poucos meses, quando foi finalmente aprovada a Lei da Reforma Psiquiátrica, ainda vigorava o Decreto-Lei de número 24.559, de 3 de julho de 1934, que permitia que em nome da moral e da ordem pública qualquer ser humano fosse interdito e colocado em manicômios. Mas há alguns anos esta visão vem mudando, principalmente a partir da proliferação dos serviços de saúde mental, implantados nos municípios pelo país afora.

A psicose é um sofrimento psíquico que leva a pessoa à uma perda ou distorção (de acordo com o grau de seu comprometimento - total ou parcial) da noção de realidade e de seu juízo crítico, bem como alterações de consciência, senso-percepção, pensamentos, afetos e outras áreas de seu aparelho psíquico, acarretando com isso, portanto, em prejuízo e limitações para a sua vida.

Desta forma, é preciso conhecer e entender esses fenômenos para estabelecer uma proposta de tratamento que ao mesmo tempo auxilie o paciente a reestabelecer seu vínculo com a realidade, sem contudo, desrespeitar suas expressões de subjetividade em períodos de crises psicóticas.

Esta concepção abre portas para um tratamento de apoio, solidário e respeitoso. Para isso, a aceitação do diferente é fundamental. Dizer não à psiquiatria normatizadora e compreender que esta é a forma que estas pessoas encontraram para viver seu sofrimento psíquico foi a proposta dos psiquiatras britânicos Laing e Cooper. Com base em concepções deste tipo é que iniciaram-se os questionamentos sobre os tratamentos psiquiátricos e o movimento de luta anti-manicomial.

Neste sentido, surgem as oficinas. Conforme os anais do primeiro Congresso de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro, ocorrido em 1997, oficina é um termo que vem sendo usado para designar atividades, mesmo que não sejam similares, que acontecem em instituições de atendimento interessadas em romper com o modelo asilar. Foram definidos três grupos de significados para tal prática: a idéia de criação artística como motor da terapêutica, um espaço de constante experimentação; a idéia de um espaço no qual realizam-se trabalhos manuais e/ou mecânicos, com o objetivo de ampliar a capacidade relacional dos sujeitos participantes da atividade e a idéia de promover interação, socialização e convivência entre os membros da oficina.

Desta forma, acredita-se que a oficina de rádio seja um espaço facilitador da comunicação e das relações interpessoais, favorecendo deste modo a interação e a reinserção social, pois nas oficinas o paciente psicótico produz, cria, convive, encontra continência para falar de seus sentimentos, ressignifica sua história de vida, aprende a projetar suas ações, ressocializa-se. A Oficina funciona assim, como importante espaço terapêutico no sentido de contribuir para o tratamento de transtornos mentais recorrentes como: transtornos do humor (depressivo e bipolar), transtornos esquizoafetivos e transtornos de ansiedade.¹

Por fim, é importante salientar que este tipo de projeto, qual seja, possibilitar que portadores de sofrimento psíquico realizem programas de rádio, já foi experimentado em outros lugares com sucesso. O mais famoso deles foi o Projeto Tam Tam, implementado no início dos anos 80 em Santos (SP) e que funcionou por mais de 10 anos. Este projeto, que usava o rádio como uma forma de expressão dos pacientes foi um marco nas discussões sobre saúde mental no Brasil, impulsionando o movimento a buscar novas formas de tratamento para as doenças psíquicas em todo o país.

Atualmente pode-se destacar, no Rio Grande do Sul, o projeto do SAISM (Serviço de Atenção Integral à Saúde Mental) da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) onde os pacientes realizam um programa de rádio quinzenal, de 50 minutos, chamado *De Perto Ninguém é Normal*. Segundo o coordenador do trabalho, Alfredo Lameira, são muitos os benefícios produzidos com o projeto, o principal deles é que houve uma redução significativa no número de internações psiquiátricas entre os participantes.

Analisando-se o projeto Papo-Cabeça até o momento pode-se dizer que seu objetivo principal, que é desenvolver uma oficina de rádio visando a uma atividade terapêutica e laboral para os usuários do CAPS de Santa Cruz do Sul, foi alcançado. Os encontros semanais funcionaram como um espaço de socialização para os portadores de sofrimento psíquico.

A experiência também serviu para desenvolver nos participantes (em menor ou maior grau de acordo com o envolvimento de cada um) melhores habilidades comunicacionais. Isso pôde ser constatado através da evolução (percebida comparando os primeiros e os últimos programas) nos processos de locução e realização de entrevista, que foram feitas pelos participantes.

Quanto ao objetivo de criar uma consciência na comunidade (ouvinte do programa) sobre o movimento de saúde mental, mostrando que pessoas com sofrimento psíquico são

capazes de produzir e viver em sociedade, pode-se dizer que ele foi facilitado uma vez que o programa foi ao ar através de uma rádio comercial local, entretanto, somente uma pesquisa de opinião revelaria a dimensão exata disto.

Acredita-se que o objetivo de contribuir para a diminuição do número de internações psiquiátricas, quebrando com o ciclo de isolamento que se produz com as internações frequentes, foi alcançado tendo em vista que na oficina realizava-se um trabalho coletivo integrando todos os envolvidos. Em torno de 12 pacientes frequentaram a oficina no segundo ano, dois deles sofreram internações psiquiátricas neste período, mas este número não pode ser mensurado isoladamente. Em 2001 houve uma mudança significativa dos participantes, por isso ainda não foi possível uma análise neste sentido.

No ano passado foram desenvolvidos 11 programas de rádio com 30 minutos de duração cada. Os programas foram estruturados com alguns quadros, o maior foi o de entrevista (que mantém-se no ar até este terceiro ano do projeto), com cerca de 15 minutos. Neste momento os convidados trataram de diversos temas como Conselho Tutelar, Doenças Psiquiátricas, Menores de Rua, Futebol, Semana Farroupilha, DST/AIDS, Opções de Ecoturismo na cidade, Projeto de Construção de Casas Populares, Funcionamento do Sistema de Saúde do Município, Alcoolismo, entre outros. O Papo-Cabeça tem ainda um quadro de culinária (que surgiu no segundo ano por sugestão dos participantes), onde são passadas receitas de doces e salgados, que os próprios pacientes trazem. Outro momento do programa é o de mensagens ou poesias também trazidas pelos pacientes. No segundo ano foi extinto o quadro História de Vida (criado no primeiro ano para ser um espaço em que os pacientes pudessem contar as histórias de suas vidas e como enfrentaram a doença) por sugestão dos próprios usuários do CAPS, que avaliaram que este quadro os expunha muito e eles não sentiam-se à vontade para dar seu depoimento.

A oficina desenvolve-se da seguinte maneira: num encontro planeja-se o programa, com a definição do assunto, do entrevistado, dos quadros, quem é o responsável por trazer a receita e a poesia, etc.. Na semana seguinte grava-se o programa com a locução dos próprios pacientes, a partir de um roteiro redigido por um estudante de jornalismo que é bolsista do projeto.

No segundo ano já pode-se perceber uma boa evolução da oficina. Os pacientes demonstraram maior naturalidade para apresentar o programa, para sugerir pautas, até mesmo fazer perguntas espontâneas para os entrevistados. Para proporcionar uma maior participação, as entrevistas passaram a ser feitas por dois ou mais dos pacientes. Eles relataram gostar muito desta parte da oficina pela possibilidade de “saber das coisas” e também pelo fato de estarem diante de alguém com alguma representatividade social como um juiz, médicos, engenheiro, diretores de instituições, entre outros. Uma das entrevistas mais interativas, com várias perguntas que estavam fora do roteiro, foi com um narrador esportivo de rádio sobre Futebol. Muitos acompanhavam as narrações esportivas do entrevistado e queriam saber a opinião dele sobre o Romário, a seleção brasileira, o Grêmio e o Inter, os times da cidade (o Avenida e o Santa Cruz), etc.

Também é interessante ressaltar que se cobrou maior participação e comprometimento dos pacientes, responsabilizando-os por trazer escritas as receitas e/ou as mensagens para o programa. Ainda no sentido de promover maior envolvimento nos participantes do Papo-Cabeça foi sugerido, na metade do ano passado, a realização de enquetes, com gravadores de mão, com uma pergunta sobre o tema que seria tratado naquele programa. Esta atividade os mobilizou bastante, pois todos queriam fazer, mesmo aqueles que nunca quiseram falar no microfone. A realização das enquetes ficou restrita as pessoas que circulam pelo campus da universidade, pois a oficina é ministrada no Laboratório de Rádio do Curso de Comunicação Social da UNISC.

Numa avaliação, feita ainda no final do ano passado, os usuários do CAPS reiteraram a importância da oficina para a sua recuperação e manutenção da saúde mental, todos disseram gostar da atividade ressaltando como principal benefício o fato de terem ali uma ocupação, "fazer alguma coisa para não pensar bobagem" e ainda "aprender coisas" usando as palavras deles, o que demonstra que o projeto vem cumprindo com seu objetivo terapêutico. Alguns pacientes disseram participar da oficina porque "a gente pode falar na Gazeta", fazendo uma referência ao fato do programa ser veiculado numa rádio local que é a emissora que eles mais ouvem e a de maior audiência na cidade. Eles sentem-se, com isso, mais valorizados socialmente.

Referência Bibliográfica

- CÉSAR, Cyro. *Como Falar no Rádio - Prática de locução AM/FM*. 4^a ed. São Paulo: Ibrasa, 1990.
- FERRARETTO, Luiz Artur e Elisa Kopplin. *Técnica de Redação Radiofônica*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 5^a ed. São Paulo; Perpectiva, 1997.
- GUATTARI, Felix e Sueli Rolnyk. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1993.
- LAMEIRA, Alfredo. *O Programa Radiofônico De Perto Ninguém é Normal*. Santa Maria: Entrevista concedida a autora em 23/03/99.
- MELLO, Veridiana Pivetta de. *Rádio: um meio estruturador do local*. Orientadora: Raquel Paiva. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1999, Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Cultura)
- ORTRIWANO, Gisela. *A Informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo da Jovem Pan*. 2^a ed. Revista. São Paulo: Ática, 1989.
- PRADO, Emilio. *Estrutura da Informação Radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.
- ROLIM, Marcos. *Pronunciamento do Senhor Deputado Marcos Rolim (PT/RS) no Grande Expediente do dia 6 de dezembro de 1999 em Favor da Reforma Psiquiátrica*. Acessado em maio/2001. Disponível na Internet <http://www.rolim.com.br>
- SERRANO, Alan Indio. *O que é Psiquiatria Alternativa*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- VENÂNCIO, A T. LEAL, E. M. (orgs.) *O Campo da Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Te Corá, 1997.